

Fernando Capez * Rodrigo Colnago

Prática Forense Penal

8ª edição

100 ANOS
Saraiva

ÍNDICE

Capítulo 1

O INQUÉRITO POLICIAL

1. Inquéritos extrapoliciais	19
2. Inquérito policial	20
2.1. Polícia judiciária	20
2.2. Conceito, natureza e finalidade	20
2.3. Características	20
2.4. Competência e atribuição.....	22
2.5. Valor probatório	22
2.6. Vícios	22
2.7. Dispensabilidade	22
3. <i>Notitia criminis</i>	23
3.1. Início do inquérito policial em crime de ação penal pública incondicionada.....	23
3.2. Início do inquérito policial em crime de ação penal pública condicionada.....	25
3.3. Início do inquérito policial em crime de ação penal privada.....	26
4. Peças inaugurais do inquérito policial	27
4.1. Modelos de peças inaugurais do inquérito policial	29
Modelo n. 1: Portaria baixada de ofício pela autoridade policial	29
Modelo n. 2: Requisição da autoridade judiciária para instauração de inquérito policial.....	30
Modelo n. 3: Requisição do membro do Ministério Público para instauração de inquérito policial	31
Modelo n. 4: Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial	32
Modelo n. 5: Auto de prisão em flagrante	33
Modelo n. 6: Representação oral reduzida a termo.....	34
Modelo n. 7: Procuração <i>ad judicium</i> com poderes especiais.....	35
5. Procedimento.....	36
5.1. Providências.....	36
5.2. Indiciamento.....	38

5.3. Indiciado “menor”	39
5.4. Encerramento	40
Modelo n. 8: Relatório	42
5.5. Prazo	43
5.6. Acesso do advogado aos autos dos procedimentos investigatórios	44
5.7. Arquivamento	44
Modelo n. 9: Requerimento de arquivamento	46
6. Apuração das infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95)	48
Modelo n. 10: Termo circunstanciado	49

Capítulo 2

A AÇÃO PENAL

1. Conceito	50
2. Características	50
3. Condições da ação penal	50
4. Espécies de ação penal	52
4.1. Ação penal pública incondicionada	52
4.2. Ação penal pública condicionada	54
4.3. Ação penal privada	56

Capítulo 3

A SUSPENSÃO DO PROCESSO

1. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95)	58
2. Suspensão do processo e a Lei n. 11.719/2008	58
Modelo n. 1: Cota introdutória à denúncia propondo a suspensão condicional do processo (lesão corporal)	61
Modelo n. 2: Cota introdutória à denúncia propondo a suspensão condicional do processo (furto)	62

Capítulo 4

DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Conceito	63
2. Requisitos	63
3. Roteiro para elaboração de uma denúncia	65
Modelo n. 1: Roteiro para elaboração de uma Denúncia	66
Modelo n. 2: Denúncia (Tentativa de furto qualificado cumulado com bando)	69

Modelo n. 3: Denúncia (Lesão corporal culposa)	71
Modelo n. 4: Queixa-crime	72
4. Omissões	73
5. Prazo para a denúncia	73
6. Prazo para a queixa	73
6.1. Aditamento da queixa	73
Modelo n. 5: Aditamento da queixa	75
7. Rejeição da denúncia ou queixa	76
Modelo n. 6: Rejeição de denúncia por atipicidade do fato	77
8. Recurso	78
9. Nulidades	78
10. Denúncia e queixa-crime nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95)	79
Modelo n. 7: Denúncia (Receptação qualificada)	81
Modelo n. 8: Queixa-crime	83

Capítulo 5

RESPOSTA

1. Conceito	85
2. Prazo	86
3. Conteúdo da resposta	86
Modelo n. 1: Resposta (hipótese de absolvição sumária do procedimento ordinário)	88
Modelo n. 2: Resposta no procedimento do Júri	90
4. Defesa prévia nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95)	91

Capítulo 6

ALEGAÇÕES FINAIS

1. Conceito	92
2. Prazos	92
3. Ausência de alegações finais	93
Modelo n. 1: Alegações finais do Ministério Público com ressalvas na fixação da pena e no regime fechado	94
Modelo n. 2: Alegações finais do Ministério Público com ressalvas na fixação da pena e no regime inicial (roubo)	96
Modelo n. 3: Alegações finais da defesa	98
4. Alegações finais nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95)	100

Capítulo 7

PETIÇÃO DE ARROLAMENTO DE TESTEMUNHAS, JUNTADA DE DOCUMENTOS E REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS

1. Introdução.....	101
2. Conteúdo.....	101
Modelo n. 1: Manifestação do Ministério Público (art. 422 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n. 11.689/2008)..	103
Modelo n. 2: Cota Ministerial conforme o art. 422 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n. 11.689/2008.....	104
Modelo n. 3: Manifestação do defensor (art. 422 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n. 11.689/2008).....	105

Capítulo 8

SENTENÇA

1. Natureza jurídica.....	106
2. Classificação das decisões.....	106
3. Conceito de sentença em sentido estrito.....	107
3.1. Classificação das sentenças em sentido estrito.....	107
4. Requisitos formais.....	107
5. Efeitos da sentença.....	108
6. Princípio da correlação.....	108
7. <i>Emendatio libelli</i>	109
8. <i>Mutatio libelli</i>	110
9. Sentença absolutória.....	111
Modelo n. 1: Sentença absolutória.....	113
10. Sentença condenatória.....	115
Modelo n. 2: Sentença condenatória.....	118
11. Sentença na primeira fase do procedimento de competência do Júri.....	121
Modelo n. 3: Sentença de pronúncia.....	123
Modelo n. 4: Sentença de impronúncia.....	125
Modelo n. 5: Desclassificação.....	127
Modelo n. 6: Absolvição sumária.....	128
12. Sentença nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	130
Modelo n. 7: Sentença condenatória.....	131

Capítulo 9

PRISÃO

1. Conceito.....	135
2. Espécies de prisão.....	136
3. Mandado de prisão.....	137
4. Prisão em domicílio.....	138
5. Prisão em perseguição.....	139
6. Prisão fora do território do juiz.....	139
7. Custódia.....	140
8. Prisão especial.....	140
9. Prisão provisória domiciliar.....	141
10. Prisão em flagrante.....	141
10.1. Espécies de flagrante.....	142
10.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	145
10.3. Sujeitos do flagrante.....	146
10.4. Auto de prisão em flagrante.....	148
Modelo n. 1: Auto de prisão em flagrante.....	153
Modelo n. 2: Termo de depoimento do condutor.....	154
Modelo n. 3: Termo de depoimento da testemunha.....	155
Modelo n. 4: Termo de interrogatório do conduzido.....	156
Modelo n. 5: Nota de culpa.....	157
11. Prisão preventiva.....	158
11.1. Conceito.....	158
11.2. Natureza.....	158
11.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	158
11.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	159
11.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	159
11.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	160
11.7. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	161
11.7.1. Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva.....	161
11.7.2. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária.....	162
11.7.3. Prisão preventiva domiciliar.....	164
11.7.4. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal.....	165
11.7.5. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso.....	165

11.7.6. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade	166
11.8. Fundamentação	167
11.9. Revogação	167
11.9.1. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	167
Modelo n. 6: Cota introdutória à denúncia requerendo a decretação da prisão preventiva dos indiciados (crimes: latrocínio, receptação e quadrilha, em concurso material – arts. 157, § 3º, parte final, 180, <i>caput</i> , e 288, parágrafo único, c/c o art. 69, todos do Código Penal).....	168
12. Prisão temporária	169
Modelo n. 7: Representação da autoridade policial para decretar a prisão temporária	172

Capítulo 10

LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Conceito	173
2. Espécies	173
3. Liberdade provisória sem necessidade de recolhimento de fiança....	174
4. Competência para a concessão	174
5. Recurso	175
6. Liberdade provisória com fiança	175
Modelo n. 1: Pedido de liberdade provisória	178
Modelo n. 2: Parecer do Ministério Público.....	180
Modelo n. 3: Pedido de liberdade provisória	182

Capítulo 11

RECURSOS

1. Conceito	185
2. Fundamentos	185
3. Pressupostos processuais objetivos	185
4. Pressupostos processuais subjetivos.....	189
5. Interposição	191
6. Efeitos	193
7. Extinção	194
8. Revogação do protesto por novo Júri.....	194

Capítulo 12

APELAÇÃO

1. Conceito	195
2. Características	195
3. Apelação plena e limitada	195
4. Legitimidade e interesse	197
5. Apelação subsidiária do apelo oficial.....	197
6. Prazo da apelação do assistente da acusação	198
7. Renúncia e desistência	198
8. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	198
9. Apelação das decisões do Júri.....	199
10. Prazo	201
11. Processamento.....	202
12. Liberdade provisória	203
13. Apelação sumária	203
14. Apelação ordinária	204
15. Deserção.....	204
16. Efeitos	204
17. <i>Reformatio in pejus</i>	204
18. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	204
19. <i>Reformatio in melius</i>	205
Modelo n. 1: Apelação da defesa	206
Modelo n. 2: Contrarrazões de apelação do Ministério Público .	208
Modelo n. 3: Apelação do Ministério Público	212
Modelo n. 4: Contrarrazões de apelação da defesa.....	214
Modelo n. 5: Apelação da defesa (pedido principal e pedido subsidiário)	218
Modelo n. 6: Contrarrazões de apelação do Ministério Público (tráfico de drogas).....	221
20. Apelação nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95)	224
Modelo n. 7: Apelação da defesa (furto).....	225
Modelo n. 8: Apelação do Ministério Público	230

Capítulo 13

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Conceito	232
-------------------	-----

2. Cabimento.....	232
3. Competência para o julgamento	239
4. Prazos.....	239
5. Processamento.....	239
6. Efeitos	240
Modelo n. 1: Recurso em sentido estrito do Ministério Público (exclusão do motivo fútil da pronúncia).....	242
Modelo n. 2: Recurso em sentido estrito do Ministério Público (rejeição da denúncia)	244
Modelo n. 3: Recurso em sentido estrito (da defesa).....	246

Capítulo 14

CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Conceito	248
2. Natureza jurídica	248
3. Procedimento.....	248
Modelo n. 1: Carta testemunhável interposta pela defesa.....	250
Modelo n. 2: Carta testemunhável interposta pelo Ministério Público.....	253
Modelo n. 3: Recurso em sentido estrito (suspensão do processo/ reconhecimento de prescrição).....	256

Capítulo 15

CORREIÇÃO PARCIAL

1. Conceito	259
2. Natureza jurídica	259
3. Previsão legal.....	259
4. Legitimidade ativa.....	260
5. Objeto do recurso	260
6. Processamento.....	260
Modelo n. 1: Correição parcial	261

Capítulo 16

EMBARGOS INFRINGENTES

1. Conceito	264
2. Prazo	264
3. Cabimento.....	264

4. Procedimento.....	265
Modelo n. 1: Embargos infringentes (porte de arma de fogo c/c falsa identidade)	266
Modelo n. 2: Embargos infringentes (apropriação indébita)	269

Capítulo 17

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

1. Conceito	271
2. Natureza jurídica	271
3. Prazo	271
4. Pressupostos	271
5. Legitimidade.....	272
6. Embarguinhos	272
7. Efeito suspensivo.....	272
Modelo n. 1: Embargos de declaração, com efeito infringente...	273
Modelo n. 2: Embargos de declaração.....	274
8. Embargos declaratórios nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	276

Capítulo 18

RECURSO ESPECIAL

1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	277
2. Condições de admissibilidade.....	278
3. Efeito suspensivo.....	279
4. Interposição e processamento	279
Modelo n. 1: Recurso especial	282
5. Recurso especial nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	286

Capítulo 19

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	287
2. Condições de admissibilidade.....	288
3. Repercussão geral das questões constitucionais – EC n. 45/2004.....	290
4. Legitimidade.....	292
5. Interposição e processamento	292

6. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	294
7. Efeito suspensivo.....	295
Modelo n. 1: Recurso Extraordinário.....	298
8. Recurso extraordinário nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	301

Capítulo 20

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Supremo Tribunal Federal	302
2. Superior Tribunal de Justiça.....	302
3. Procedimento.....	302
Modelo n. 1: Recurso ordinário constitucional	303

Capítulo 21

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL

1. Conceito	305
2. Admissibilidade	305
3. Legitimidade ativa	306
4. Legitimidade passiva	306
5. Competência	307
6. Procedimento.....	307
Modelo n. 1: Mandado de segurança em matéria criminal	310

Capítulo 22

REVISÃO CRIMINAL

1. Conceito	313
2. Natureza jurídica	313
3. Legitimidade.....	313
4. Prazo	314
5. Cabimento.....	314
6. Admissibilidade.....	315
7. Competência	315
8. Processamento.....	316
Modelo n. 1: Revisão criminal.....	318
9. Revisão criminal nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	321

Capítulo 23

HABEAS CORPUS

1. Conceito	322
2. Natureza jurídica	322
3. Espécies.....	322
4. Legitimidade ativa.....	322
5. Legitimidade passiva.....	323
6. Admissibilidade.....	323
7. Competência	325
8. Impetração	326
9. Processamento.....	326
10. Julgamento e efeitos.....	326
11. Recursos.....	327
Modelo n. 1: Habeas corpus com pedido de liminar.....	328
Modelo n. 2: Habeas corpus (ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal).....	333
Modelo n. 3: Habeas corpus (falta de justa causa).....	336
12. Habeas corpus nas infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/95).....	338
Modelo n. 4: Habeas corpus (art. 306 do CTB)	339

Capítulo 24

AGRAVO EM EXECUÇÃO

1. Conceito	341
2. Previsão legal.....	341
3. Procedimento.....	341
Modelo n. 1: Agravo em execução da defesa (cumprimento da pena).....	342
Modelo n. 2: Agravo em execução (progressão de regime na defesa)	345
Modelo n. 3: Agravo em execução do Ministério Público	347